ABRE ASPAS: ANTONIO ERNESTO DE SALVO

POR REGINA PIRES

Ao totalizar R$77,28 bilhões este ano, o valor da produção agropecuária revela um crescimento de apenas 1,29% sobre o ano passado, enquanto o faturamento da indústria de insumos empregados pelo setor aumentou 5,15%. Será uma frente de batalha a mais para a Confederação Nacional da Agricultura travar em 2001, anuncia o seu presidente Antonio de Salvo, neste Abre Aspas.

"Queremos os genéricos também na agricultura para baratear custos", desabafa.

De Salvo demonstra insatisfação com as dificuldades de obtenção de crédito, especialmente em função de triangulações feitas pelo Banco do Brasil. Mas festeja a perspectiva de melhoria nos preços do café e o aumento das exportações de soja por conta da necessidade de proteína vegetal para substituir rações animais em função do mal da vaca louca, o que garantirá melhores resultados para as exportações em 2001.

Em seu gabinete, no terceiro andar do edifício-sede da CNA, em Brasília, ele se diz satisfeito com a atuação do braço político da entidade no Congresso Nacional. A Frente Parlamentar de Agricultura vem obtendo êxitos na aprovação de leis de interesse do setor.

Frentes de batalha



A expectativa da safra 2000/2001 é de recorde? A área plantada cresceu?

— Acho muita ousadia fazer previsões de safra. A boa ciência estatística manda que se faça a previsão da indicação de plantio, da tecnologia usada, da área plantada. Então, subentenda-se que haverá aumento de safra. Porém, acho que ainda é muito pouco confiável, pelo fato de sabermos a enorme influência que a natureza tem na concretização desses indícios.

Vamos lembrar que a chamada safra junta a de verão do Centro-Sul, que é a que está sendo plantada, a de inverno, que será plantada em abril de 2001, e a do Nordeste, que será colhida em meados de 2001. É a soma desses três números que dá 90 milhões de toneladas. Eu diria que o plantio vai bem, que o clima vai bem, que há um pequeno aumento de área plantada. Ao mesmo tempo eu diria que há sérias dificuldades quanto ao crédito rural.

O que permite avaliar que houve aumento da área plantada?

— A venda das sementes, já que o espaçamento é sempre o mesmo. Mesmo assim não é um dado confiável. Menos de 70% das sementes vão para as estatísticas. O resto sai por fora das estatísticas.

E quais são os problemas com o crédito?

— O crédito está extremamente seletivo e com defeitos legais. Está sendo liberado para o vendedor do insumo, quando a lei obriga a ser liberado para o usuário. Além disso, o Banco do Brasil está cobrando *spread*, o BB Agro. Pelo contrato (do BB Agro), o vendedor paga ao Banco do Brasil 3% de *spread* e obriga-se a deixar uma parcela aplicada no Banco, além de outras obrigações. Se eu preciso de financiamento para a compra de insumos, não posso comprar de um vendedor que

não tenha feito o BB Agro. Isso amarra a compra e encarece a produção. Eu cito um caso concreto de quanto uma venda amarrada pode prejudicar a produção. Sou usuário de calcário e existe mina de calcário há 50km da minha fazenda. Calcário é um produto que tem na sua composição de preço 90% relativos ao transporte e 10% de valor da mercadoria. O conveniado mais próximo, do qual poderia comprar financiado, está a 200km da minha fazenda. Resultado: eu não usei crédito para comprar calcário.

Esse procedimento do Banco do Brasil é novidade?

— A partir deste ano.

E alguma coisa vem sendo feita para reverter essa situação?

— Nós estamos lutando na Justiça e chegaremos às últimas instâncias, porque isso é ilegal. Vou dar um exemplo do que mais está acontecendo no Banco do Brasil. Na semana passada, recebi um extrato do banco, com débito na minha conta de R$907 de seguro de vida. E eu não sou devedor do banco. Se fazem isso comigo, imagine por aí afora, e além disso, não há crédito. Alguns lugares estão indo bem como o Paraná e Rio Grande do Sul. Mas em outros estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e São Paulo, há problemas.

Como o aumento da safra deverá crescer a renda do produtor?

— Espera-se crescimento da renda, mas por algumas melhorias comerciais em produtos que ponderam muito. O café deve ter aumento de preço, pois não há razões mercadológicas para justificar valores tão baixos como está ocorrendo; soja também deverá ter melhor desempenho, pela necessidade de proteína vegetal para substituir as rações animais em função do mal da vaca louca. Os criadores terão que buscar outra fonte que não seja a carcaça dos animais, que está proibida na Europa. O mercado de açúcar também está apresentando índices positivos. O frango, as carnes suínas e bovinas têm bom potencial de crescimento ainda em função dos problemas com a carne bovina européia.

A volta da febre aftosa em alguns pontos do Brasil não atrapalhará as vendas do produto no mercado externo?

— A volta da aftosa claro que foi negativa. Mas a maneira como foi combatida (com o abate de grande quantidade de rebanhos) indica um país maduro. E não acredito que haverá prejuízos em função disso.

E por que razão tivemos a volta da doença, no seu entender?

— A aftosa é uma doença virótica de muito difícil erradicação. É costumeira a sua volta. Não se trata de nenhuma novidade. É realmente uma coisa que ocorre com doenças viróticas.

As empresas supridoras de insumos são realmente as que têm ficado com a maior parte da renda do setor agrícola, como vem alegando a CNA?

— Quando se decompõe o PIB, que está crescente, percebe-se que a parcela do faturamento dos vendedores de insumos é que está aumentando. O produtor está perdendo renda. E o preço dos insumos está aumentando.

Isso tem a ver com as dificuldades de importação dos defensivos?

— Há uma série de produtos estrangeiros que não entram aqui, por problemas de tributação. São questões de reserva de mercado. Outra coisa são regras de importação assimétricas em relação às regras de outros países.



O vendedor paga ao Banco do Brasil 3% e obriga-se a deixar uma parcela aplicada no Banco.

Dentro do Mercosul não deveria haver uniformidade de taxas?

— Nesse campo, há muita interferência da área de saúde humana, ou seja, dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente. Isso dificulta que se liberem produtos que entram na Argentina e custam menos. Além das alíquotas de importação.

E há alguma negociação em andamento?

— Queremos diminuir o tempo de liberação de novos produtos. Queremos que não se libere pelos nomes e sim pelo princípio farmacológico ou químico. É um absurdo que você tenha a liberação de um produto com um nome tal e não tenha de outro que tem o mesmo composto químico.

Ou seja, o objetivo é que vigorem também os genéricos nos insumos?

— Nós queremos os genéricos na agricultura. E não só nos medicamentos, mas nos insumos. Mas isso é difícil por causa da resistência que há principalmente no meio ambiente.

Mas a ótica dos genéricos não parece lógica?

— Há outros interesses por trás sempre. O próprio produtor brasileiro é muitas vezes contrário ao importado, porque isso atrapalha os seus preços.

Está havendo a desnacionalização da indústria de insumos?

— A proteção ao produtor de insumo não deve ser à custa do produtor, e sim da sociedade. Eu tenho um exemplo, que não é de produtor de insumo, mas é parecido. O couro nacional bovino de baixo valor agregado, apenas curtido, é taxado para que não seja exportado e para que o produtor nacional o compre mais barato. O objetivo é agregar valor, para exportar o calçado. Então, qualquer pessoa desavisada concorda. Só que isso não pode ser feito à custa do produtor, e sim da sociedade. Obrigam o nosso produtor a receber menos. Isso é reserva de mercado. Por que eu devo comprar um adubo nacional mais caro, e não um importado mais barato? Se se trata de comprar o nacional, que se dê um bônus.

Mas a sociedade acaba pagando esse custo adicional indiretamente, no preço final, no momento de consumir os produtos.

— Não, porque é impossível repassar os custos quando se

trata de produto agrícola. Esse é o mercado mais imperfeito que existe. Entre milhões que produzem, poucos são os que põem preço.

■ Como está a batalha contra a prática de *dumping* na exportação de leite para o Brasil?

— Até 22 de fevereiro, o governo deverá apreciar a defesa por parte dos países exportadores sobre as alíquotas compensatórias. Nós conseguimos comprovar que há *dumping*. O governo aceitou as provas apresentadas. Mas ainda não sabemos qual será o nível de punição.

■ Como enfrentar o mercado mundial de alimentos altamente subsidiado?

— A OCDE quantificou os seus subsídios à agricultura em US$262 bilhões por ano, o que significa US$ 1 bilhão por dia útil. Evidentemente nós não temos como nos contrapor a esses subsídios. Então uma das tônicas da nossa atuação em 2000 foi a persistente apresentação em todos os locais mundiais, onde se discutiu esse tema, a partir de Seattle, passando pela OMC, em Genebra e em Bruxelas. Onde é necessário nós temos tido representantes, buscando reduzir esse protecionismo. Entretanto os resultados práticos têm sido próximos de zero. Ao contrário, o protecionismo vem aumentando. Não nos resta outro caminho a não ser o de continuar persistindo e agora com muito apoio do governo brasileiro. Vamos lembrar que quem resolve esse assunto não é a iniciativa privada, e sim os governos. No momento em que o governo brasileiro abraça esse tema com muita nitidez e grau hierárquico alto, se passa a ter esperança de que o grupo de Cairns (que reúne países exportadores que não praticam subsídios) consiga resultados.

■ Os subsídios na Comunidade Européia se justificam, no seu entender?

— Os subsídios têm duas origens. A primeira era de segurança alimentar. Os países que mais praticam subsídios passaram fome em guerras, muito dolorosas e não querem mais passar por isso. Então trabalharam no sentido de aumentar a produção interna e, por isso, tiveram que pagar ao produtor muito caro, para que não necessitassem, no caso de conflito, de depender de comida de fora. A segunda razão é de ordem estratégica. À medida que a população sai do campo criando vazios demográficos, isso facilita ações de beligerância entre vizinhos. A Europa, então, procurou povoar os seus campos, de maneira que a pessoa não saísse de lá para poder constituir uma ocupação de território. Mas isso acabou. Com a queda do Muro de Berlim, ninguém mais pensa que a Europa vai entrar em guerra, com a Rússia de um lado e as portências ocidentais de outro. Essa é a razão para a gente ter esperança de acabar com o subsídio. Mas ele é muito para a sociedade, pois equivale a 0,6% da renda média do habitante europeu. O que estamos tentando é levar a discussão para que se subsidie o produtor, e não o produto. Se a questão é manter o homem lá feliz, que se dê dinheiro diretamente a ele, e não por cada frango, por cada pé de milho. Enquanto ele tiver subsídio por cada vaca que tem, vai procurar ter mais vacas.

■ Mas por que interessaria ao governo reduzir a produção?

— A Europa não consome o que produz. Como não tem preço para exportar, o governo paga a diferença para exportar. Assim que reduzir os dispêndios da exportação subsidiada, vai poder aplicar mais em saúde, em lazer. Outra alternativa é que se incentive mais o produtor de produtos competitivos. Por exemplo, não temos um queijo semelhante ao Roquefort. Então subsidiar o produtor de Roquefort é muito menos danoso para nós do que subsidiar o produtor de frango. O nosso frango é muito melhor do que o deles e muito mais barato.

■ E o que é possível avançar em termos de subsídio na agricultura brasileira?

— O subsídio aqui é zero. A sociedade brasileira é carente de recursos públicos. Mas já ficaria satisfeito se não nos tirassem tanto em impostos e taxas. Os impostos dos produtos no Brasil são muito maiores do que seus congêneres no exterior. E em alguns países como a Inglaterra o imposto na agricultura é zero. Aqui no Brasil, num produto agrícola, quando a dona de casa compra um alimento por R$3, está pagando R$1 de imposto.

■ Apesar dessas dificuldades, como vão as exportações brasileiras?

— Inferiores ao que aconteceu em 1999. Houve várias dificuldades no mercado mundial, especialmente com o açúcar, que teve volume bem menor de exportação. No caso do café, além de volume, tivemos preço menor. Apesar disso, o valor se situa em US$12 bilhões. Se não fosse a participação do setor agropecuário o resultado de nossa balança seria de US$17 bilhões negativos, o que inviabilizaria o país em menos de um ano. Aliás, o que se pode dizer com muito orgulho é que quem segurou esse plano econômico fomos nós agricultores.

Mas isso não resolve o problema dos nossos endividados. Tem gente que tirou US$100 mil e está devendo US$500 mil, ou seja, não existe em lugar nenhum essa taxa de juros. Quando a gente fala em casa própria, a população urbana entende na hora. O sujeito compra uma casa de R$50 mil, pagou R$40 mil e ainda deve R$70 mil. Mas quando isso acontece com um agricultor, falam que a gente é caloteiro. Um presidente do Banco do Brasil disse em depoimento sério na Câmara Federal que nem maconha irrigada paga isso.

■ Qual a posição da CNA em relação aos transgênicos?

— Nós somos inteiramente favoráveis à liberdade de o produtor plantar o que quiser desde que haja absoluta segurança quanto à saúde e ao meio ambiente. E essa segurança não é ditada por ONGs e nem por leigos, mas emana de entidades científicas, que já credenciaram alguns transgênicos, colocando-os como inteiramente livres de risco, tanto que são usados em países mais preocupados com a saúde pública do que nós.

■ Qual o maior êxito da CNA ao longo deste ano?

— Nós temos conseguido sensíveis avanços na parte política, ao constituir um braço político forte no Congresso capaz de transformar nossas posições em leis. Está havendo crescimento paulatino da Frente Parlamentar da Agricultura. Essa ação prioritária da CNA destina-se a evitar que nossos pleitos fiquem à mercê do humor do burocrata de plantão.